

UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE QUENTIN SKINNER EM SUA OBRA “*HOBBS E A LIBERDADE REPUBLICANA*”

A HISTORIOGRAPHICAL ANALYSIS OF QUENTIN SKINNER IN HIS BOOK "HOBBS AND REPUBLICAN FREEDOM"

Julio César dos Santos *
Luciene Aparecida Castravechi *

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma caracterização historiográfica, teórico-metodológica do historiador Quentin Skinner a partir do seu livro *Hobbes e a Liberdade Republicana*. Para isso, achamos necessário buscar alguns dados do autor, para perceber o seu “lugar social”, entendendo assim, quais os aspectos fundamentais para a construção de sua narrativa. Skinner analisou os diferentes contextos da vida de Thomas Hobbes, seguindo a sua trajetória e observando as mudanças presentes nos seus diferentes escritos, ou seja, nas fontes que o pesquisador se apoiou para realizar tal trabalho, quais sejam os escritos de Hobbes intitulados de “Os elementos da lei, Do cidadão e o Leviatã”.

PALAVRAS-CHAVE: Quentin Skinner, historiografia, Contextualismo Linguístico, Thomas Hobbes.

ABSTRACT

This article presents a methodological-theoretical characterization of historiography by the historian Quentin Skinner based on his book *Hobbes and Republican Liberty*. In order to do so, we gathered information about the author, to perceive his "social location" and thus understanding the fundamental aspects that contributed for the construction of his narrative. Skinner analyzed the different contexts of life of Thomas Hobbes, following its trajectory and observing changes present in his different writings, ie, sources that the researcher relied to perform such research, namely Hobbes' writings "The elements of the law, the citizen and the Leviathan".

KEYWORDS: Quentin Skinner, historiography, Linguistic Contextualism, Thomas Hobbes.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Av. Sen. Filinto Müller - Quilombo, Cuiabá – MT.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista CAPES. Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança. Cuiabá - MT - 78060-900.

Introdução

Quentin Skinner é um dos mais célebres intelectuais em atividade no campo da história do pensamento político. Distinguido com diversos títulos *Honoris causa*, pertence a numerosos corpos diretivos incluindo a Academia Inglesa, a Academia Americana e a Academia Européia. Suas obras têm sido traduzidas em diversas línguas, mostrando assim a importância de seus apontamentos.

Skinner é tido com um dos maiores expoentes do Contextualismo Linguístico de Cambridge - a instituição citada foi onde o historiador trabalhou durante a elaboração da maioria de suas obras. Essa vertente professorada por Skinner pode ser descrita da seguinte maneira, segundo Vanderlei Sebastião de Souza:

O argumento central de Skinner enfatiza, em linhas gerais, que só é possível compreender os significados de um dado texto, ou mesmo de um enunciado ou de uma ideia qualquer, “recuperando” as intenções do autor no ato da escrita e “reconstruindo” o contexto das convenções linguísticas disponíveis num determinado tempo histórico (SOUZA, 2008, p. 03).

Verificamos que para Skinner, as teorias formuladas não estão desligadas de uma realidade, do lugar onde o autor fala, são operações ativas nos conflitos que os autores de determinadas épocas estão envolvidos. O discurso é construído visando uma intervenção na realidade. Podemos perceber que é justamente a apreciação que Quentin Skinner faz na obra que nos dispomos a analisar. Uma incursão sobre o pensamento político de Thomas Hobbes.

O livro *Hobbes e a Liberdade Republicana* está dividido em seis capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo intitulado “À guisa de introdução: os começos humanistas de Hobbes”, discute a biografia e procura perceber a inserção de Hobbes nos estudos humanísticos. Posteriormente a proposta do autor parece transparecer. O que podemos perceber é que a sua análise propõe debruçar-se sobre três obras de Hobbes: *Os Elementos da lei*, ao qual autor dedica o capítulo dois e o capítulo três (“*Os elementos da lei: descrição da liberdade*” e “*Os elementos da lei: a liberdade circunscrita*”), outra obra é *Do cidadão*, que Skinner dedica o quarto capítulo intitulado “*Do cidadão: a liberdade definida*” e, por fim, o historiador analisa o trabalho mais

importante da produção intelectual de Hobbes, o *Leviatã*, livro que ganha destaque no capítulo cinco da obra de Skinner (*Leviatã: a liberdade redefinida*). O tema seis, “*Liberdade de obrigação política*”, aparece como uma continuação da análise feita no capítulo que o antecede e findando, temos as consideração finais do autor.

Vale lembrar que a proposta inicial do livro de Skinner é colocar em pauta as duas teorias antagônicas sobre a natureza da liberdade humana. A primeira com origem na antiguidade clássica, associada às cidades republicanas da Itália Renascentista. A segunda seria a concepção de Hobbes que aparecia como rival da proposta supracitada. Skinner coloca que a primeira teoria pode ser classificada como “neo-romana”, os cientistas sociais Felipe Nunes e Thiago Rodrigues Silame nos dão uma definição do que seria essa vertente:

A participação de cada cidadão se dá por via representativa, isto é, pela constituição de uma assembleia, composta parcialmente ou integralmente por representantes eleitos. Isso quer dizer que para a conservação da liberdade requer-se que representantes e representados tenham uma disposição virtuosa. A virtude cívica (entendida como interesse pelo bem comum) é então imprescindível para a preservação do autogoverno do corpo político (NUNES; SILAME, 2007, p. 78).

Para Hobbes, os cidadãos de uma república não são mais livres do que os súditos de um soberano absoluto, uma vez que todos estão submetidos à lei. O indivíduo está livre na esfera individual e têm possibilidades ampliadas, no entanto, quando tange a esfera pública não há uma liberdade irrestrita.

Quentin Skinner: apontamentos historiográficos

O historiador inglês, Quentin Skinner nasceu em 1940 na cidade de Oldham, graduou-se em História pela Universidade de Cambridge, em 1962. Skinner foi professor de Ciência Política em Cambridge entre os anos de 1978 e 1996 e, atualmente, é *Regius Professor* de História Moderna na mesma Instituição.

Aos 21 anos, Skinner desprovido de experiências no campo de ensino e pesquisa, foi convidado para ser membro oficial do *Christ's College*, e obteve como

tutor, o professor Peter Laslett, considerado pelo historiador como um motivador para os seus estudos do pensamento político (PALLARES-BURKE, 2000, p. 313).

Quentin Skinner é considerado uma importante referência nos estudos da história intelectual, bem como da história do pensamento político moderno. Skinner está vinculado a uma corrente metodológica intitulada de “Contextualismo Linguístico” difundida pela Escola Histórica de Cambridge da Teoria Política.

Os trabalhos desenvolvidos por Peter Laslett desde os fins de 1940 influenciaram as pesquisas de John Pocock (1962), John Dunn (1968) e Quentin Skinner (1966; 1969). O método contextualista ganhou espaço nas discussões acadêmicas a partir da publicação de um artigo de John Pocock (1962) sobre a necessidade de se resgatar a história do pensamento político do campo de influência da abordagem privilegiadamente filosófica dos textos clássicos (LOPES, 2010, p. 269). Sob a perspectiva de John Dunn, a história das ideias deveria ser estudada como a “história de uma atividade”, e se colocou contrário à concepção da história das ideias como a história de ficções, a qual se constitui em análises racionais desconexas do pensamento dos indivíduos.

Segundo Lopes (2004), Skinner e Dunn criticaram a carência de historicidade e o pragmatismo predominantes na Teoria Política daquele momento. Assim:

Quentin Skinner e John Dun, autores dos primeiros e mais enérgicos ensaios teóricos em defesa de um novo programa de pesquisa, esgrimiram contra uma História do Pensamento Político que, nos tempos da Guerra Fria, estava interessada em explorar aspectos a-históricos, num mundo ainda aturdido pela presença ameaçadora dos regimes totalitários. O mundo mudou, os Estados Totalitários ruíram, e a história efetiva se encarregou de alterar o foco das discussões. Em fins dos anos 1970, e ao longo da década seguinte, o debate teórico acabou por adquirir novos contornos e ganhou complexidade, tanto pelo fortalecimento do contextualismo linguístico como teoria interpretativa de textos políticos quanto pela entrada em cena de outros interlocutores, o que acabou por resultar em atitudes imperialistas de todas as partes envolvidas (LOPES, 2004, p. 84).

A História do Pensamento Político, modelo com visível tradição intelectual nos Estados Unidos no final do século XIX, e na Inglaterra no início do XX, obteve um destacado estímulo de reestruturação a partir de fins da década de 1960. Assim, a História Intelectual permeada pela teorização política passou a ser difundida em

importantes programas de pesquisas em diversos contextos nacionais, como por exemplo, a partir das tradições historiográficas inglesa e alemã:

Na Inglaterra, a chamada Escola de Cambridge de história do pensamento político, com Quentin Skinner e John Pocock à frente, passou a propugnar o estudo das ideias políticas mediante a aplicação de uma rigorosa metodologia contextualista baseada no pressuposto da irreduzibilidade do contexto linguístico ao contexto social. Na Alemanha, assistia-se ao aperfeiçoamento da tradição histórica dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), consubstanciada no imenso esforço de Reinhart Koselleck e seus colaboradores (SILVA, 2009, p. 302).

De acordo com Silva (2009), tanto Koselleck quanto Skinner, desenvolveram suas teorias da história sob a influência da “virada linguística” nas Ciências Humanas. Os autores têm algumas preocupações em comum, como os problemas teóricos e metodológicos da história do pensamento social e político. Os mesmos buscam destacar os efeitos do tempo, bem como apresentam a Teoria Política como um campo de discussão em torno do significado de crenças, conceitos e ações linguísticas. Porém, estes pesquisadores também possuem algumas diferenças. O historiador Reinhart Koselleck pautou os seus estudos no conteúdo semântico dos conceitos sociais e políticos; já Quentin Skinner insere seus trabalhos na dimensão pragmática do discurso político.

Crítico das abordagens convencionais, Skinner começou a desenvolver os seus trabalhos a partir dos fins dos anos de 1960 e início de 1970. O texto que consagrou o pesquisador na comunidade historiográfica como um teórico político foi seu ensaio intitulado *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, publicado na revista *History and Theory* de 1969 (PALLARES-BURKE, 2000, p. 314).

Sob a influência de algumas escolas contemporâneas das Ciências Humanas, bem como do pensamento histórico de Robin Collingwood, a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein e do inglês John Langshaw Austin, o historiador Quentin Skinner desenvolveu seus trabalhos sobre a História do Pensamento Político. Vale destacar, que a História Collingwoodiana ganhou notabilidade nos estudos de Skinner, sendo que esta:

[...] é uma forma de contextualismo radical das ideias, fundada na aposta de que há uma identidade fundamental e/ou uma contiguidade natural entre o

sujeito que interpreta e o objeto alvo de análise. Sujeito e objeto são, por assim dizer, manufaturas humanas, artefatos feitos do mesmo material. [...] Para Collingwood, interpretar era uma operação que consistia em introduzir-se nas cabeças dos autores do passado e olhar para as suas circunstâncias singulares tentando vê-las com o olhar deles próprios (LOPES, 2010, p. 268).

A relação entre sujeito e objeto possibilita o processo de interpretação, pois conforme exposto por Collingwood, a compreensão das ideias passadas se torna exequível, ao passo que se desvinculando da ação do tempo, o pensamento se torna atingível em diferentes períodos históricos, porque além de obter um sentido do texto, o mesmo pode demonstrar uma intenção, ou ainda revelar o que o autor almejava ao produzir os seus escritos.

Os estudos do filósofo da linguagem John Langshaw Austin, também inspiraram os trabalhos de Skinner, pois os efeitos produzidos pelo discurso como “atos de fala” é um conceito da filosofia da linguagem. Assim, os historiadores contextualistas avaliaram como apropriado inserir numa teoria interpretativa no gênero de História do Pensamento Político. Austin desafiava a ideia de que os pronunciamentos linguísticos precisam ser analisados exclusivamente a partir de suas finalidades “constatativas”, ou seja, a partir do que representam como descrição, que pode ser considerada como verdadeira ou falsa, de determinado estudo de coisas (SILVA, 2009: 309).

Os estudos de Skinner sobre a prática da história do pensamento político moderno, pautados na metodologia do Contextualismo Linguístico obteve espaço na Academia durante a década de 1960 (SILVA, 2010, p. 299). O autor ganhou visibilidade no debate metodológico, pois se colocou contrário às duas correntes historiográficas que dominavam os estudos da história das ideias e do pensamento político. Assim, a primeira metodologia denominada de contextualista, utilizada principalmente pelos historiadores das ideias, propagava que os fatores sociais determinavam o sentido de qualquer texto. Já, o modelo textualista, empregado geralmente por críticos literários e historiadores da filosofia, propõe que o texto tenha autonomia, sendo este uma via única para a interpretação do seu próprio sentido, deixando de lado, as informações contextuais, avaliadas como externas aos textos (SOUZA, 2008, p. 05).

Skinner vai contra algumas correntes de interpretação que apontam que a história das ideias consiste em analisar o texto clássico como uma estrutura interna, ou seja, como se este estivesse sido escrito por um contemporâneo. Se debruçar nestes tipos de análises, se configura como um procedimento que não produz história, mas “mitologias” (NÖTHLING, 2012, p. 185). O historiador identifica três resultados das possíveis abordagens direcionadas excepcionalmente ou predominantemente na composição interna dos textos:

a) a mitologia da doutrina – os enunciados dos autores clássicos, mesmo que esparsos e ocasionais, são forçosa e sistematicamente enquadrados em “doutrinas”, construções típico-ideais do próprio historiador, mas que este atribui ao universo das crenças do autor estudado;

b) mitologia da coerência – presume-se que o autor construiu (ou ao menos tentou construir) sistemas intelectuais fechados, em que todos os seus enunciados mantêm uma relação de coerência com os demais, o que impede o historiador de perceber as contradições entre os enunciados de um autor (usualmente apresentadas, quando percebidas, como “aparentes contradições”) ou suas mudanças de concepção a respeito de certos temas;

c) mitologia da prolepse – confunde-se o significado dos enunciados para o historiador com o significado para o autor, sendo este último negligenciado. O enunciado só revelaria seu significado no presente, conclusão que repousa sobre o contestável pressuposto teleológico de que a ação linguística precisaria esperar pelo futuro para revelar-se totalmente (SILVA, 2010, p. 304).

Quentin Skinner fez uma crítica para essas mitologias, apontando que a mitologia da doutrina apresenta o risco de cometer anacronismo, ou seja, atribuir ideias que o autor não formulou. Já a mitologia da coerência, pode suprimir as falas que comprometem a coerência interna do texto. Por último, a mitologia da prolepse que tem como objetivo demonstrar a intenção do autor em dizer o que foi dito.

As críticas de Skinner em relação à perspectiva textual se debruçam no fato desta cometer anacronismos, como, por exemplo, conferir a dado texto ou autor caracterizações destoantes do seu contexto histórico, bem como atribuir para estes o sentido de estarem à frente do seu tempo. O modelo contextual, privilegia em vez do contexto linguístico o contexto social, bem como expõe sérias discordâncias ao estudo da história intelectual, pois o caráter da relação entre a ação e a circunstância, se pauta na ideia de que toda e qualquer forma de ação deve ter um conjunto de condições

causais anteriores. Para o historiador, tanto o textualismo quanto o contextualismo fundamentam-se na restauração da tradição intencionalista da filosofia da história e no emprego de suas concepções na formulação de uma metodologia direcionada para a interpretação de textos.

Quentin Skinner se identifica muitas vezes como historiador da filosofia, outras como historiador do pensamento ou como historiador das ideias, seus trabalhos se destacam no estudo da história do pensamento político (JUNIOR, 2005), mas em seu livro *Liberdade antes do Liberalismo* versão aumentada de sua Aula Inaugural em Cambridge em 1997 onde ele apresenta a sua teoria de liberdade neo-romana que será tratada em seu livro *Hobbes e a liberdade republicana*.

Skinner apresenta sua metodologia no momento da escrita de seus textos, colocando as em prática, e embora seus trabalhos tenham elementos que se encontram presentes na historiografia contemporânea desde a década de XX, segundo Lopes (2002) foi sua definição de contexto histórico a contribuição inovadora para as novas tendências da história intelectual.

Em seu livro *Visão da Política* no primeiro volume *Regarding method*, que traz artigos e capítulos de livros publicados entre 1969 e 1999 publicados pela editora portuguesa Difel, e que segundo Diogo Ramado Curdo, responsável pela Apresentação é de uma leitura “necessariamente morosa”, mas que permite “perceber os diferentes campos de referências que, ao longo de mais de trinta anos de actividade, inspiraram ou serviram de quadro para uma série de debates” (SKINNER, 2005, p. 12).

A preocupação do historiador em buscar o que o autor do texto estava “a fazer” significa na ótica de Skinner “não apenas interpretar os significados do que foi dito, mas também a intenção que o autor em questão pode ter tido ao dizer aquilo que disse” (SKINNER, 2005, p. 13). Para Skinner as intenções diferem dos motivos na medida em que estes tratam de condições que antecedem a obra, se fazendo necessário “compreender a razão que levou um autor a apresentar certa proposição, isso se quisermos compreender essa mesma proposição” (SKINNER, 2005, p. 162).

Este pressuposto também se torna essencial para entender os textos de Skinner, que como ele mesmo afirma, tem como ponto de partida responder aos seus críticos. Entre esses podemos destacar (Gunnell, Graham, Hollis) que apontam para certas inconsistências internas em seus textos, outros que acusam Skinner de promover um

tipo de positivismo que se mostra impossível de refletir sobre o papel do interprete na posição de leituras (Fermia, Keane, Minogue) e outros ainda o acusam de antiquarianismo¹ (Talton).

Para Feres Junior, no entanto a maior crítica à Skinner vem de Charles Taylor para quem a:

[...] interpretação requer uma negociação entre a linguagem do historiador e a do texto – negociação essa que pode vir a transformar a primeira. Isto é ao entrar em contato com as linguagens do passado, o historiador é deslocado de sua situação original e, portanto, torna-se capaz de examinar a tradição contemporânea a qual pertence de um ponto de vista crítico (JUNIOR, 2005, p. 663).

As críticas à Skinner são variadas, mas ele mesmo sinaliza em seu livro *Liberdade antes do Liberalismo* como “o historiador do pensamento pode nos ajudar a apreciar até onde os valores, refletem uma série de escolhas feitas em épocas diferentes entre diferentes mundos possíveis. [...] Munidos de uma possibilidade mais ampla, podemos nos distanciar dos compromissos intelectuais herdados e exigir um novo princípio de investigação [...] (SKINNER, 1999, p. 93, 94). Com tantas variações historiográficas devemos como Skinner sugeriu ruminar sobre as mesmas antes de fazermos nossas escolhas.

Análise teórico-metodológica: Skinner e a liberdade neo-romana

Quentin Skinner, pensador da vertente republicana, acredita que os teóricos liberais assumem um mecanismo de mão invisível. Se todos perseguirmos nossos interesses próprios, o resultado será o bem estar da comunidade como um todo. Do ponto de vista da tradição republicana, “esta é outra forma de descrever a corrupção”, cuja superação é uma condição para a maximização de nossa liberdade individual. Sua análise está marcada pela discussão do republicanismo, sobretudo naquele pensador que mais claramente o exprimiu, Maquiavel.

¹ Estudo histórico enfocando as evidências empíricas do passado, incluindo manuscritos e arquivos, e sítios arqueológicos e históricos e artefatos. O termo agora é frequentemente usado em um sentido pejorativo, para se referir a um interesse excessivamente estreito em trivial histórico, com a exclusão de um sentido de contexto histórico ou processo.

Em Skinner a história – e ele remonta a tradição neo-romana – é utilizada instrumentalmente para a construção de uma crítica à concepção negativa de liberdade e para a construção de uma alternativa conceitual. O cerne desta teoria neo-romana é a análise sobre a liberdade civil. O significado deste termo discutido pelos teóricos neo-romanos tem um sentido estritamente político: “para eles a questão central é sempre sobre a natureza das condições que devem ser preenchidas para que os requisitos contrastantes da autonomia civil e da obrigação política sejam satisfeitos o mais harmoniosamente possível” (SKINNER, 2005, p. 93, 94).

Outra suposição de Skinner diz respeito à liberdade civil. Para tal autor, a liberdade do cidadão não pode ser compreendida separadamente da liberdade do corpo político a que pertence – os autores neo-romanos preocupam-se claramente em descrever não a liberdade de homens particulares, mas sim a liberdade da comunidade, vendo sempre a relação indissociável entre a liberdade de um Estado e a liberdade dos cidadãos individuais. Só se pode ser livre em um Estado livre.

Para Skinner, a teoria neo-romana ganha um interesse adicional quando o liberalismo se torna hegemônico no pensamento moderno ocidental, principalmente, no que se refere à análise da liberdade negativa. Por muito tempo, a visão neo-romana ficou em segundo plano. Tudo isso porque a perspectiva liberal dominava os campos de pensamento econômico, político e social.

Skinner afirma que a interpretação de Berlin a respeito do que os antigos chamavam de liberdade está completamente equivocada. Segundo o autor, Berlin (Apud SKINNER, 2010, p. 53) teoriza a propósito de confusões analíticas sobre liberdade, igualdade e independência. Igualmente como Viroli (Apud SKINNER, 2005, p. 58), ele afirma que liberdade se opõe à coerção, e assim sendo, é definida como um ideal onde não somos impedidos por outras pessoas de fazer o que queremos.

Levando em conta tal argumento, Skinner fala que a crítica de Berlin depende da premissa de que a liberdade negativa é prejudicada apenas por interferência coerciva. Disto certamente segue-se que a dependência e a falta de autogoverno não podem ser interpretadas como falta de liberdade. Mas isto se segue apenas porque a conclusão já estava inserida na premissa (SKINNER, 1998). O que Skinner tenta mostrar, porém, é que a própria premissa tem de ser reconsiderada. A suposição de que a liberdade

individual é basicamente uma questão de não interferência é precisamente o que a teoria neo-romana coloca em dúvida.

Para Skinner, ao contrário, a liberdade negativa constituiria o móvel da ação dos cidadãos. E a definição, então, muda de foco: “onde a lei termina, a liberdade principia”. Para que os cidadãos se considerem livres, ou melhor, um povo livre deve submeter-se a leis por eles escolhidas.

O autor acredita que, como já diziam os neo-romanos, a dependência é em si mesma uma fonte e uma forma de constrangimento. Não podemos depender de forma alguma de ninguém para que a liberdade se efetive. Mas podemos todos ser submetidos à lei de um Estado, que só terá um governo livre se possibilitar que haja o direito igual de participação de todos os indivíduos na elaboração dessas leis que irão organizar a vida coletiva. Como lembra tal autor, a principal tese na qual os autores neo-romanos insistem é a de que nem sempre é necessário sofrer coerção aberta para ser privado da liberdade civil. O indivíduo pode tornar-se não livre se simplesmente cair numa condição de sujeição ou dependência política, econômica, social, cultural; deixando-se, portanto, exposto ao perigo de ser privado, por seu governo, mediante força ou coerção, de sua vida, liberdade ou propriedade.

Para inserir o contextualismo linguístico como uma nova metodologia para a história intelectual, Skinner agregou os princípios da filosofia collingwoodiana da História com as suas ampliações na área da filosofia da linguagem ordinária que se difundiu na década de 1950, a partir das ideias de Wittgenstein (SILVA, 2007, p. 04).

A metodologia adotada por Skinner pode ser sistematizada da seguinte forma: Entender o significado de um texto histórico é o mesmo que demonstrar o que o seu autor estava fazendo, ou seja, deve-se analisar como a intenção do autor se insere no contexto de acordos linguísticos em que o texto foi criado.

Quentin Skinner se apropriou dos estudos do filósofo da linguagem, Austin, no que diz respeito à taxonomia dos atos de fala. O filósofo caracteriza três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao teor proporcional do proferimento e manifesta no ato de proferir algo; a dimensão ilocucionária, concernente ao que o agente está fazendo ao dizer algo; e a dimensão perlocucionária, referente aos resultados causados pelo ato de fala na audiência, aquilo que incide por dizer-se (SILVA, 2009, p. 309).

O segundo momento da metodologia se pauta em três pressupostos: Primeiramente, “Quais os significados das palavras ou sentenças em dada obra”? O sentido dessas palavras pode ser encontrado em livros ou dicionários. A segunda questão: “O que significa isso para mim”? Tem que se apreender o texto a partir dos resultados que este emprega nos leitores. E, por último: “O que o autor quis significar com o que ele disse nesta obra”? (SKINNER, 1998 apud SILVA, 2007, p. 05). Sobre este método, Lopes expõe que:

O contextualismo linguístico distinguiria, assim, as intenções autorais como ações prescritivas, atos do discurso, avaliando os enunciados do texto em relação às reações que o autor teria pretendido desencadear em seu tempo por parte dos leitores ou do público por ele visado. Está presente nessa perspectiva de análise do discurso política uma teoria da ação, colocada em movimento por personagens históricos movidos por interesses e compromissos circunstanciais (LOPES, 2010, p. 270).

Em outras palavras, o argumento central de Skinner se pauta na ideia de que só é possível perceber os significados de um texto, quando o pesquisador “restaura” as intenções do autor no momento da sua escrita, a partir da “recuperação” do contexto dos acordos linguísticos estabelecidos em um determinado período histórico.

Sob essa perspectiva metodológica as obras de Thomas Hobbes analisadas por Skinner, se enquadram no modo em que o historiador apreendeu o sentido dos textos do agente em relação com o mundo histórico que lhe deu forma e conteúdo particulares. Skinner analisou os diferentes contextos da vida de Hobbes, seguindo a sua trajetória e observando as mudanças presentes nos seus diferentes escritos, ou seja, nas fontes que o pesquisador se apoiou para realizar tal trabalho, quais sejam os escritos de Hobbes intitulados de “Os elementos da lei, Do cidadão e o Leviatã”.

Outra característica do método contextualista utilizado por Skinner para analisar os escritos de Hobbes, se pauta na compreensão deste agente através dos diálogos que ele instituiu com as tradições intelectuais, anteriores e as do seu próprio tempo. À guisa de ilustração, podemos citar a leitura de Horácio, Virgílio e Cícero. Em 1620 quando os interesses intelectuais próprios de Hobbes começam a se despertar ele se devotou a três elementos dos *studia humanitatis*: retórica, poesia e história clássica. Durante sua estada em Paris em 1634 Hobbes travou conhecimento com Marin Mersenne, que influenciou os pensamentos de Hobbes e o levaram a uma nova perspectiva de análise. A partir da

ideia que o mundo é movimento, e que possui três elementos: *Corpus, Homo, Civis* (o corpo, o homem e o cidadão) (SKINNER, 2010, p. 25).

A partir destes elementos o pesquisador tem fundamentos para restaurar os sentidos das ideias em meio ao procedimento de sua produção, bem como compreender o significado de um texto histórico, seria o mesmo que demonstrar o que o seu autor estava fazendo no momento da escrita, ou seja, o método de Skinner consiste essencialmente no ato de integrar a obra do pensamento de Hobbes às condições que lhe conferiram existência.

Podemos identificar claramente na obra de Skinner os pressupostos metodológicos do contextualismo linguístico. Neste trabalho, o autor traz uma grande contribuição para a análise da teoria política, pois nos oferece uma instrumentalização conceitual para não cometermos anacronismo, quando o mesmo nos apresenta o conceito de liberdade nos escritos de Hobbes, especialmente na obra do *Leviatã*, a qual foi inserida em um dado contexto. Para Skinner Hobbes foi o “mais formidável inimigo da teoria republicana da liberdade e seus esforços para desacreditá-la constituem um momento que faz época na história do pensamento político de língua inglesa” (SKINNER, 2010, p. 13).

O conceito central trabalhado por Skinner acerca da liberdade nas obras de Hobbes se pauta na sua caracterização. Vale ressaltar, que Hobbes ao longo dos seus textos não modificou bruscamente o conceito de liberdade, mas preencheu algumas lacunas deixadas em seus escritos, influenciado por fatores externos. Skinner analisa o conceito de liberdade elaborado nas obras de Hobbes, como este sendo um resultado de um princípio decorrente de ideias em dado contexto. O autor busca entender o que Hobbes quis dizer com os seus escritos. Assim, este faz uma análise interpretativa do texto nos pressupostos do contextualismo linguístico, pois a ideia é situar o autor no momento da sua escrita.

Neste sentido, as três obras expostas no livro de Skinner apontam para uma transição de ideias de acordo com o momento histórico vivido por Hobbes, por exemplo, o *Leviatã* que é a sua maior expressão intelectual, tendo em vista que ele passa a apoiar o novo regime, ou seja, a República como um Estado livre em 1649, pois o mesmo alega que a sua liberdade e direitos foram preservados, e assim não houve para

Hobbes problema com o novo governo, desde que este lhe proteja e traga paz (NAPPI, 2010, p. 276).

A metodologia adotada por Skinner se pauta no pressuposto que o pesquisador deve inserir as obras do autor estudado no seu contexto histórico para interpretá-lo e entender o que este pretendeu com a sua obra, ou seja, compreender os atos linguísticos que marcam os escritos do agente histórico. Desse modo, deve-se buscar o sentido original do texto do pensamento político no passado, elencando, por exemplo, trechos do texto do autor que confirmem tal ato, bem como os comparando com o contexto linguístico e sociocultural do lugar histórico. Sobre essa ótica, Roiz demonstra que:

Ao dar subsídios para a compreensão das metamorfoses que se operaram sobre o conceito de liberdade em Hobbes, Skinner também supõe dar maior consistência aos seus pressupostos teóricos e metodológicos, amplamente enraizados numa interpretação linguística e contextualista das obras e dos autores, para as quais os atos e as intenções de um autor podem muito bem ser rastreadas em seus escritos (ROIZ, 2011, p. 159).

O propósito de Skinner é compreender as intenções de Hobbes. A sua metodologia de modelo interpretativo está pautada na consciência histórica das transformações entre o passado e o presente. Hobbes pode ser analisado como um homem do seu tempo. Foi um interlocutor do momento histórico o qual pertenceu, bem como se preocupou em atingir um público alvo para os seus escritos. Nesta perspectiva, Skinner aponta que:

[...] abordo a teoria política de Hobbes não simplesmente como um sistema geral de ideias, mas também como uma intervenção polêmica nos conflitos ideológicos de seu tempo. Para interpretar seus textos sugiro que [...] precisamos nos colocar em uma posição que nos permita captar que tipo de intervenção os textos de Hobbes podem ter constituído. Meu objetivo no que se segue é fornecer adequadamente uma avaliação não meramente do que Hobbes está dizendo, mas do que ele está fazendo ao propor seus argumentos (SKINNER, 2010, p. 14, 15).

Outro ponto destacado por Skinner é a articulação da cultura humanista entre imagem e texto, assim ele destaca a presença de frontispícios nas obras de Hobbes. Um exemplo desta questão é demonstrado pelo autor no tratado sobre a “Razão de Estado”, publicado em 1626 em que Hobbes apresentou a interpretação de um texto denso, e

também revelou as suas práticas literárias humanistas. Além disso, Skinner também destaca a importância do “frontispício refinado” para as traduções dos textos latinos e gregos. “Quando Hobbes ornou a sua tradução de Tucídides com um não menos elaborado frontispício, estava se inserindo assim em uma tradição humanista bem estabelecida de eloquência visual” (SKINNER, 2010, p. 31).

Hobbes também apresentou mais dois frontispícios emblemáticos, em *Do cidadão*, onde a representação é a da *libertas*, e depois no *Leviatã*, a tentativa de representar a *persona ficta*. Para Skinner “nenhuma interpretação das teorias de Hobbes sobre a liberdade e a obrigação pode se permitir negligenciar essas traduções visuais de seu raciocínio” (SKINNER, 2010, p. 33).

O método trabalhado por Skinner na análise dos textos de Hobbes se dá pela reconstrução contextual, ou seja, pelo significado emitido pelos escritos através da linguagem.

Somente ao se agrupar o contexto de produção das obras é que se torna possível visualizarmos jogos linguísticos usados pelos letrados e políticos do período e reconstituir como agem e se movimentam no campo de produção das obras e da ação política, estabelecer os nexos de ação do grupo e do indivíduo, analisar os discursos e as estratégias de ação, além de permitir definir quais são as intenções dos agentes sociais em sua escrita, por já formar nela uma ação política, com desdobramentos sociais profundos, ao ser apropriada pela sociedade (SKINNER, 2010, p. 154, 155).

Quentin Skinner trabalha a história intelectual europeia do início do moderno, com um interesse especial na cultura retórica do Renascimento e da filosofia de Thomas Hobbes. Ele se esforçou para a criação de procedimentos adequados para que a história intelectual fosse, entre outras coisas, um instrumento apropriado para o estudo do pensamento e da ação política no tempo. Skinner argumenta que para interpretar o significado dos textos, respeitando minimamente os contextos linguísticos originais de sua produção, o historiador intelectual deve procurar compreender quais eram as intenções e motivações dos autores ao pronunciarem uma determinada palavra, frase ou enunciado, esse esforço é o que caracteriza o método do Contextualismo Linguístico elaborado por Skinner e seus companheiros na Escola Histórica de Cambridge da Teoria Política.

Considerações finais

O método de pesquisa adotado por Quentin Skinner não nos deixa dúvidas que seus trabalhos deram maior visibilidade para a historiografia britânica, pois as suas obras contribuíram para uma complexidade teórica como também para a ampliação da pesquisa empírica. A sua reflexão a propósito dos paradigmas teóricos da História do Pensamento Político produzidos até aquele momento, não se satisfazendo com eles ou renunciando enfaticamente, fez com que Skinner estabelecesse um novo perfil para a História Intelectual.

Skinner teve a pretensão de elevar o grau de historicidade nas pesquisas, ou seja, fazer com que a História do Pensamento Político se constituísse como legitimamente histórica, tendo em vista que o pesquisador possa compreender as intenções originais dos textos antigos, bem como deter os significados do pensamento político a partir do seu lugar de formulação.

O trabalho de Skinner contribuiu para uma expansão do campo empírico da História das Ideias Políticas, haja vista que alguns intelectuais políticos que antes eram deixados de lado pelos historiadores, passaram a ser importantes na medida em que os textos políticos foram usados para compreender conteúdos específicos, ou seja, elevar os textos políticos antigos como um mecanismo de apreensão do passado, introduzindo-os de acordo com o autor em estudo.

A partir da análise traçada por Quentin Skinner nas obras de Thomas Hobbes, podemos constatar que a inovação política e a modificação dos sentidos das palavras em política caminham juntas. Termos que adquirem fluxo regular na linguagem política são alterados no decorrer da história, assumindo, por vezes, novos significados e deixando de lado os que tinham anteriormente. Em diferentes situações, depois de extensos períodos de esquecimentos, as palavras são recobradas, conquistando assim, uma contemporaneidade imprevista. Essas variações, que acontecem no tempo e no espaço, têm importantes resultados na História das Ideias e no pensamento político.

Referências

Bibliografia

LOPES, Marcos Antonio. *Para Ler os Clássicos do Pensamento Político: um guia historiográfico* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Quentin Skinner. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: Nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Alégis:Difel, 2005.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1998.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. Tradução de Raul Fiker – São Paulo: Editora UNESP, 1999.

Internet

JUNIOR, João Feres. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, V. 48, nº3, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582005000300007&script=sci_arttext . Acesso em: 10 jul. 2013.

LOPES, Marcos Antônio. A História das Ideias segundo Michel Foucault e Quentin Skinner. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. Londrina, V. 09, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9049> . Acesso em: 04 jul. 2013.

NAPPI, Thiago Rodrigo. Como interpretar os textos do passado: Aspectos da visada teórica de Quentin Skinner. *Historiae*, Rio Grande, V.2, n.2, 2010. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2495> . Acesso: em 12 jul. 2013.

NÖTHLING, Vander Schulz. A História das ideias na Perspectiva de Quentin Skinner. *Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia*. Pouso Alegre, V. 04, nº 9, 2012. Disponível em: http://www.theoria.com.br/edicao0212/a_historia_das_ideias_na_perspectiva_de_quentin_skinner.pdf . Acesso em: 05 jul. 2013.

NUNES, Felipe e SILAME, Thiago Rodrigues. Liberalismo versus republicanismo: notas sobre o conceito de liberdade. *Em tese, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Florianópolis, V. 4, n. 1 (1), agosto-dezembro/2007. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/vol4_art4.pdf . Acesso em: 08 jun. 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. SKINNER, Q. Hobbes e a liberdade republicana. São Paulo: EDUNESP, 2010. *Revista Conjectura*. Caxias do Sul, V. 16, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1268/892> . Acesso em: 14 jul. 2013.

SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, V. 17, n. 34, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a20v17n34.pdf> . Acesso em: 04 jul. 2013.

_____. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. In: *Dados – Revista de História Social*, Rio de Janeiro, V. 53, nº2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n2/02.pdf> . Acesso em: 06 jul. 2013.

_____. O Significado Além do texto: contexto e intencionalidade na história das ideias. *XXIV Simpósio de História*. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0388.pdf> . Acesso em: 09 jul. 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: A História intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner. *Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, V.5, n. 4, 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf . Acesso em: 06 jul. 2013.

Recebido em 28/7/2014/
Aprovado em 21/11/2014.